




Ao
Banco Central do Brasil

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 e IN BCB nº 236, de 17 de fevereiro de 2022

TAMBASA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, CNPJ /MF nº 37.134.759/0001-77, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, pelo Diretor Responsável pela Contabilidade, abaixo assinado, apresenta por meio desta, as Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e os esclarecimentos requeridos por força da Instrução Normativa BCB nº 236, de 17 de fevereiro de 2022.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:
 - a. Relatório da Administração;
 - b. Relatório dos Auditores Independentes;
 - c. Balanço Patrimonial;
 - d. Demonstração de Resultado;
 - e. Demonstração do Resultado Abrangente;
 - f. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
 - g. Demonstração de Fluxos de Caixa – Método Indireto; e
 - h. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.
2. Por último cumpre salientar que a administração da **TAMBASA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livre de distorções.

Documento assinado digitalmente
 **LUCCA BARTOLOMEO ABREU SILVA**
Data: 06/04/2026 18:26:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUCCA BARTOLOMEO ABREU SILVA
Diretor Responsável pela Contabilidade

LUIZ FERNANDO MESSIAS
BISPO:88279820868
Assinado de forma digital por
LUIZ FERNANDO MESSIAS
BISPO:88279820868
Dados: 2026.04.06 18:29:06
-03'00'

LUIZ FERNANDO MESSIAS BISPO
Contador CRC 1SP105235/O-6



TERMO DECLARATÓRIO E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Tambasa Sociedade de Crédito Direto S.A., inscrita no CNPJ sob o no 37.134.759/0001-77, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31300131211, com sede na Avenida Dom Pedro II, no 2654, sala 401, bairro Caiçaras, em Belo Horizonte/MG, CEP 30770-162 (“Companhia”), se declara responsável pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo, submetendo as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, e destaca que:

- I) **Desempenho Operacional:** No exercício de 2025, a Administração da Tambasa Sociedade de Crédito Direto S.A. promoveu uma reavaliação estratégica de suas operações, considerando o cenário macroeconômico, a dinâmica do mercado de crédito e a necessidade de assegurar a eficiência operacional e a sustentabilidade do negócio no longo prazo. Como resultado dessa análise, a Companhia adotou uma postura mais seletiva na originação de operações de crédito, com foco na preservação da qualidade da carteira, na otimização da alocação de capital próprio e no reforço dos controles de risco. Esse movimento refletiu-se em uma redução do volume de novas operações, bem como em ajustes na estrutura operacional, incluindo a adequação do quadro de colaboradores ao atual nível de atividade. Tais medidas integram um processo contínuo de aprimoramento da governança, da disciplina financeira e da eficiência operacional, não comprometendo o atendimento às exigências regulatórias, tampouco a capacidade da Companhia de honrar seus compromissos. A Administração segue avaliando alternativas estratégicas para o desenvolvimento futuro da Instituição, sempre em consonância com as melhores práticas de gestão e com a regulamentação aplicável. A Administração reafirma seu compromisso com a condução responsável dos negócios, a transparência das informações financeiras e o cumprimento das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

- II) **Capital Social:** em atenção ao disposto no artigo 8º da Circular 3.068/01, do Banco Central do Brasil, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 30 de junho de 2025 é no valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais).



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da

Tambasa Sociedade de Crédito Direto S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Tambasa Sociedade de Crédito Direto S.A.** (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Tambasa Sociedade de Crédito Direto S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, que descreve o processo de revisão da estratégia operacional iniciado pela Companhia, refletido na redução no volume de operações e ajustes e na readequação de sua estrutura operacional, com diminuição do quadro de funcionários ao longo do exercício de 2025. Conforme mencionado pela Administração, tais medidas decorrem de decisões de natureza estratégica e administrativa, voltadas à adequação dos custos ao atual nível de atividade, preservação do capital e fortalecimento da governança. As demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional, conforme avaliação da Administração, que considera a capacidade de manutenção das operações no curso normal dos negócios. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos



procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte/MG, 31 de março de 2026.



TJS – Auditoria & Consultoria Empresarial
CRCMG – 007153/O-0

Leonardo Cesar Pedrosa Silva:06883821694
Assinado de forma digital por
Leonardo Cesar Pedrosa
Silva:06883821694
Dados: 2026.04.01 19:49:47 -03'00'

Leonardo Cesar Pedrosa Silva
CRCMG nº 090504/O



Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025

		(Em milhares de reais)	
Ativo		NE	dez/2025
<u>CIRCULANTE</u>			
Disponibilidades			<u>222</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5		222
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivados	6		<u>10.325</u>
Livres - Carteira Própria			10.325
Cotas de Fundos de Investimentos			10.325
Operações de Crédito	7		<u>11.897</u>
Setor Privado			14.428
(-) Provisão para Riscos de Crédito			(2.531)
Outros Créditos			<u>1.386</u>
Títulos e Créditos a Receber			19
Impostos e Contribuições a Compensar			1.284
Diversos			83
Total do Ativo Circulante			<u>23.830</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Realizável a longo prazo			<u>21.514</u>
Operações de crédito	7		21.075
Setor privado			22.045
(-) Provisão para Riscos de Crédito			(970)
Ativo Fiscal Diferido			439
Investimentos, Líquido	8		138
Imobilizado, Líquido	8		192
Intangível, Líquido	8		634
Total do Ativo não Circulante			<u>22.478</u>
TOTAL DO ATIVO			<u>46.308</u>



Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025

		(Em milhares de reais)	
Passivo		NE	dez/2025
<u>CIRCULANTE</u>			
Outras Obrigações			
Cobrança e Arrecadação de Tributos			2
Obrigações Sociais e Estatutárias			1.016
Obrigações Fiscais e Previdenciárias			1.546
Obrigações por Ops. de Crédito Cedidas com Coobrigação			8.194
Obrigações com Fornecedores			110
Obrigações Trabalhistas			12
Diversas			143
Total do Passivo Circulante			11.023
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Exigível a longo prazo			
Partes Relacionadas			10
Total do Passivo não Circulante			10
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital Social	9		35.000
Reservas de Lucros	9		275
Total do Patrimônio Líquido			35.275
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			46.308



Demonstração de Resultado
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

		(Em milhares de reais)	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	NE	2ºSEM/2025	EXERCÍCIO/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>7.424</u>	<u>13.430</u>
Operações de Crédito	10a	5.315	10.604
Rendas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		417	541
Lucros em Ops de Venda ou Trasnfe de Ativos Financeiros		1.692	2.285
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>(2.581)</u>	<u>(3.809)</u>
(-) Provisão para Riscos de Crédito		(980)	(1.611)
(-) Prejuízos em Ops de Venda ou Trasnfe de Ativos Financeiros		(1.601)	(2.198)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>4.843</u>	<u>9.621</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(2.443)</u>	<u>(5.245)</u>
Receitas de Prestação de Serviços		368	1.447
Despesas de Pessoal		(479)	(1.480)
Outras Despesas Administrativas	10c	(1.604)	(3.560)
Despesas Tributárias	10b	(575)	(1.296)
Outras Receitas Operacionais		110	235
Outras Despesas Operacionais		(263)	(591)
RESULTADO OPERACIONAL		<u>2.400</u>	<u>4.376</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		0	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		<u>2.400</u>	<u>4.376</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(801)</u>	<u>(1.460)</u>
Imposto de Renda		(586)	(1.067)
Contribuição Social		(215)	(393)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>1.599</u>	<u>2.916</u>
Quantidade de Ações ON Integralizadas		35.000.000	35.000.000
Lucro/(Prejuízo) por ação		0,04570	0,08332



Demonstração do Resultado Abrangente
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2ºSEM/2025	EXERCÍCIO/2025
Resultado Líquido do Período	<u>1.599</u>	<u>2.916</u>
(+/-) Outros Resultados Abrangentes da Instituição:	0	
(-) Ajustes da Resolução CMN 4966	0	(103)
(+) Ajustes da Lei 14.467/2022 - artigo 6º	0	439
Resultado Abrangente do Período	<u>1.599</u>	<u>3.252</u>



**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

Mutações do Patrimônio Líquido	Capital	Capital a Realizar	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Especial de Lucros		
<u>Saldos em 30 de junho de 2025</u>	<u>35.000</u>	<u>0</u>	<u>15</u>	<u>210</u>	<u>(606)</u>	<u>34.619</u>
Lucro/(prejuízo) líquido do período	0	0	0	0	1.599	1.599
Destinações:						
Reserva de Legal	0	0	50	0	(50)	0
Reservas Estatutárias	0	0	0	0	0	0
Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	0	(943)	(943)
<u>Saldos em 31 de dezembro de 2025</u>	<u>35.000</u>	<u>0</u>	<u>65</u>	<u>210</u>	<u>0</u>	<u>35.275</u>
<u>Saldos em 31 de dezembro de 2024</u>	<u>35.000</u>	<u>(5.000)</u>	<u>15</u>	<u>210</u>	<u>(2.258)</u>	<u>27.967</u>
Aumento de Capital	0	5.000	0	0	0	5.000
Ajustes da Resolução CMN 4966	0	0	0	0	(103)	(103)
Ajustes artigo 6º da Lei 14.467/2022	0	0	0	0	439	439
Lucro/(prejuízo) líquido do período	0	0	0	0	2.916	2.916
Destinações:						
Reserva de Legal	0	0	50	0	(50)	0
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	0	0	0	0	(944)	(944)
<u>Saldos em 31 de dezembro de 2025</u>	<u>35.000</u>	<u>0</u>	<u>65</u>	<u>210</u>	<u>0</u>	<u>35.275</u>



Demonstração dos Fluxos de Caixa
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto	2ºSEM/2025	EXERCÍCIO/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	1.599	2.916
(+) Provisão para Riscos de Crédito	980	1.611
(+) Amortizações e Depreciações	214	427
(+) Resultado Negativo de Equivalencia Patrimonial	(58)	62
(+) Ajustes artigo 6º - Lei 14.467/2022	0	439
Lucro Líquido Ajustado	2.735	5.455
Variações nas contas do Ativo e Passivo		
(Aumento)/Redução de Operações de crédito	9.037	(8.664)
(Aumento)/Redução de Títulos e Valores Mobiliários	(7.927)	(9.502)
(Aumento)/Redução de Outros Créditos	(557)	(1.783)
(Aumento)/Redução de Outros Valores e Bens	70	70
Aumento/(Redução) em Cobrança e Arredação de Tributos	(11)	(9)
Aumento/(Redução) em Obrigações Fiscais e Previdenciárias	726	1.458
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(3.974)	8.034
	(2.636)	(10.396)
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	99	(4.941)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Investimentos	(40)	(85)
Aquisição de Imobilizado de Uso	0	(5)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	(40)	(90)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capital integralizado	0	5.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	0	5.000
Aumento/(Redução) líquido no caixa e equivalentes a caixa	59	(31)
Demonstração do aumento/(redução) nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes a caixa no começo do período	163	253
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	222	222
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa	59	(31)



Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tambasa Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia” ou “Tambasa Financeira”) é uma sociedade anônima fechada, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais - Brasil. A Tambasa Financeira opera no mercado nacional, que tem como objetivo: (i) a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; (ii) a análise de crédito para terceiros; (iii) a cobrança de crédito, inclusive para terceiros; (iv) a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas no item (i), nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); (v) a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, exceto instituições financeiras; (vi) a venda ou cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses previstas na regulamentação em vigor; e, (vii) a emissão de moeda eletrônica.

A Companhia foi constituída em 28 de junho de 2019, conforme Assembleia Geral de Constituição. A concessão para autorização para funcionamento da Companhia foi concedida pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 06 de abril de 2020, conforme Ofício 6658/2020 - BCB/Deorf/GTBHO, expedido pelo BACEN e publicado no Diário Oficial nessa data. As operações da Sociedade foram iniciadas em 13 de maio de 2020, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição da Companhia arquivada na JUCEMG sob o no 31300131211.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Instituição, em 26 de janeiro de 2026.

1.1 Revisão Estratégia Operacional: Durante o exercício de 2025, a Administração da Companhia iniciou um processo de revisão de sua estratégia operacional, em função do desempenho observado nas operações, das condições de mercado e da necessidade de aprimoramento da eficiência e da rentabilidade do negócio. Nesse contexto, a Companhia apresentou redução no volume de operações e promoveu ajustes em sua estrutura operacional, incluindo a diminuição do quadro de colaboradores, compatibilizando os custos ao atual nível de atividade. Tais medidas decorreram de decisões de natureza estratégica e administrativa, voltadas à preservação do capital, à mitigação de riscos e ao fortalecimento da governança. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, eventuais decisões estratégicas adicionais encontram-se em fase de avaliação pela Administração, não havendo, contudo, deliberações formalizadas que impliquem descontinuidade das operações ou alteração relevante no modelo de negócios da Companhia. A Administração avaliou o pressuposto da continuidade operacional na elaboração destas demonstrações financeiras e concluiu que, apesar dos ajustes implementados e em análise, a Companhia possui capacidade de manter suas operações no curso normal dos negócios, considerando seu nível de capitalização, a inexistência de vencimentos relevantes de obrigações financeiras e o suporte de seus acionistas.



2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, bem como os normativos do Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando: (i) o custo histórico como base de valor, que, no caso ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo; (ii) o pressuposto da continuidade operacional da Sociedade, com base no suporte financeiro dos acionistas e a projeção de geração de caixa nas suas atividades.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores, conforme artigo 79, da Resolução 4966/2021.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos e/ou de interpretações de CPC's em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2026, que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ 1.000, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.



2.4 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e, (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.5 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.6 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.



A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Impostos de renda e contribuição social

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e à contribuição social e considera necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda, o que pode tornar a determinação final do imposto incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

4. Gestão de risco financeiro

(a) Fatores de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

i Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro e da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. No que se refere às instituições financeiras, a Companhia atua prioritariamente com bancos de primeira linha.



ii Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A Administração acompanha continuamente a previsão de fluxo de caixa da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>EXERCÍCIO/2025</u>
Depósitos Bancários	222

6. Títulos e valores mobiliários

<u>Descrição</u>	<u>Categoria</u>	<u>EXERCÍCIO/2025</u>
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivados Livres		
Fundos de Investimentos	Negociáveis competitivos	10.325
		<u>10.325</u>

7. Operações de créditos

As informações da carteira de operações de crédito estão assim sumarizadas:

a) Por operação:

	<u>EXERCÍCIO/2025</u>		
	<u>CARTEIRA</u>	<u>RISCO</u>	<u>LÍQUIDO</u>
Capital de Giro	22.802	(1.896)	20.906
Crédito Pessoal	4.381	(486)	3.895
Financiamentos de Veículos	<u>9.290</u>	<u>(1.119)</u>	<u>8.171</u>
TOTAL	36.473	(3.501)	32.972
Circulante	14.428	(2.531)	11.897
Não Circulante	<u>22.045</u>	<u>(970)</u>	<u>21.075</u>
TOTAL	36.473	(3.501)	32.972



b) Composição da carteira por Tipo de Cliente:

	EXERCÍCIO/2025		
	CARTEIRA	RISCO	LÍQUIDO
Pessoas Físicas	8.339	(796)	7.543
Pessoas Jurídicas	28.134	(2.705)	25.429
TOTAL	36.473	(3.501)	32.972
Circulante	14.428	(2.531)	11.897
Não Circulante	22.045	(970)	21.075
TOTAL	36.473	(3.501)	32.972

c) Composição da carteira por Faixa de Vencimento:

<u>TOTAL A VENCER/VENCIDOS</u>	EXERCÍCIO/2025
	<u>VALOR</u>
Vencidos	3.218
A vencer até 3 meses	1.003
A vencer de 4 a 12 meses	10.207
a vencer acima de 1 ano	22.045
TOTAL	36.473
Circulante	14.428
Não Circulante	22.045
TOTAL	36.473

8. Investimento, Imobilizado e intangível

<u>Descrição</u>	<u>EXERCÍCIO/2025</u>
Investimentos - Valor de Aquisição	522
(-) Equivalência Patrimonial	(384)
Total líquido de imobilizado	138
Imobilizado	343
(-) Depreciação Acumulada	(151)
Total líquido de imobilizado	192
Intangível	1.743
(-) Amortização Acumulada	(1.109)
Total líquido de intangível	634

9. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social autorizado da Companhia é de 35.000.000 (trinta e cinco milhões) de ações, totalizando R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), totalmente integralizado.



(b) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado ao final de cada exercício social, nos termos do art. 31 do estatuto social, até o limite de 20% do capital social.

(c) Distribuição de resultado

A distribuição de dividendos é realizada nos termos do art. 31 do estatuto social.

A Companhia poderá levantar balanços intermediários para a distribuição de lucros.

A Companhia optou em distribuir 100% do resultado, após as deduções legais, para evitar a tributação prevista na Lei 15270/2025.

10. Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro de 2025, estão representadas, principalmente, por:

(a) Receitas de operações de crédito

Rendas de Operações de Crédito	2ºSEM/2025	EXERCÍCIO/2025
Rendas de empréstimos	4.757	8.928
Rendas de títulos descontados	0	0
Rendas de financiamentos	367	1.314
Rendas de crédito vinculado a operações adquiridas em cessão	191	362
	<u>5.315</u>	<u>10.604</u>

(b) Despesas tributárias

Despesas tributárias	2ºSEM/2025	EXERCÍCIO/2025
Despesas tributárias	5	48
PIS	98	206
Cofins	454	954
ISS	18	88
	<u>575</u>	<u>1.296</u>



(c) Outras despesas administrativas

Outras Despesas Administrativas	2ºSEM/2025	EXERCÍCIO/2025
Despesas de água, energia e gás	27	40
Despesas de aluguel	49	107
Despesas de comunicações	68	122
Despesas de manutenção de conservação de bens	3	13
Despesas de material	1	7
Despesas de processamento de dados	562	1.179
Despesas de promoções e relações públicas	92	370
Despesas de propaganda e publicidade	0	6
Despesas de seguros	0	1
Despesas de serviços do sistema financeiro	14	23
Despesas de serviços de terceiros	61	139
Despesas de serviços técnicos especializados	412	913
Despesas de viagens no país	15	28
Outras despesas administrativas	85	184
Despesas de amortizações	184	368
Despesas de depreciações	30	60
	1.603	3.560

11. Ativo Fiscal Diferido

Em conformidade com o artigo 6º, da Lei 14.467, foi constituído crédito tributário no montante de R\$ 323 mil referente ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de R\$ 116 mil relativo à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

ADMINISTRADORES

Leonardo Bartolomeu Neves
Diretor Administrativo



Documento assinado digitalmente

LEONARDO BARTOLOMEU NEVES
Data: 06/04/2026 16:44:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lucca Bartolomeo Abreu Silva
Diretor Operacional



Documento assinado digitalmente

LUCCA BARTOLOMEU ABREU SILVA
Data: 06/04/2026 16:11:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CONTADOR

Luiz Fernando Messias Bispo
CRC 1SP105235/O-6

**LUIZ FERNANDO
MESSIAS**
BISPO:88279820868

Assinado de forma digital por
LUIZ FERNANDO MESSIAS
BISPO:88279820868
Dados: 2026.04.06 18:29:46-03'00'